

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**“Gritou comigo, não vai!”:
Conflito, desrespeito e injustiça no romance Fogo Morto.**

ANA LÍVIA CARDOSO CASTANHEIRA ALVIM

JUIZ DE FORA

2017

Universidade Federal de Juiz de Fora

**“Gritou comigo, não vai!”:
Conflito, desrespeito e injustiça no romance Fogo Morto.**

Ana Livia Cardoso Castanheira Alvim

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Felipe Maia Guimarães da Silva

JUIZ DE FORA

2017

**“Gritou comigo, não vai!”:
Conflito, desrespeito e injustiça no romance Fogo Morto.**

Ana Livia Cardoso Castanheira Alvim

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o drama sofrido pelo personagem Mestre José Amaro do romance *Fogo Morto* de José Lins do Rego, com base na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, que tivemos que adaptar para a análise do respectivo contexto “tradicional”. Através contextualização do Movimento Regionalista foi possível indicar a ideologia que influenciou o romance e com conceitos-chave tornou-se possível entender a relação *senhor de engenho x morador*, essencial para a compreensão do *status* do personagem nos sistema que estruturava aquela sociedade. A união desses elementos permite extrair do romance os “desrespeitos” sofridos pelo personagem e que culminou no conflito entre morador e senhor de engenho.

Palavras chave: Fogo Morto; regionalismo; reconhecimento; conflito; desrespeito.

ABSTRACT

This article aims to analyze the drama suffered by the character Mestre José Amaro from the novel “Fogo Morto” by José Lins do Rego, based on the Axel Honneth’s Theory of Recognition, adapted to traditional context. Through contextualization of Regionalist Movement , was possible to indicate the ideology behind the novel. We introduced some important concepts to understand the relation: *senhor de engenho x morador*, essential to understanding which status the character had in that society. The union of this element makes possible to extract from the novel the “disrespects” suffered by Mestre Amaro and that culminated in the conflict between him and his “*senhor de engenho*”.

Keywords: Fogo Morto; regionalism, recognition, conflict, disrespect

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	REGIONALISMO, JOSÉ LINS DO REGO E FOGO MORTO.....	07
3	TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	10
4	A COMPLEXA RELAÇÃO: SENHOR DE ENGENHO X MORADOR.....	14
5	MESTRE ZÉ AMARO.....	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
07	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

“A literatura, ao contrário, diferentemente da ciência e da técnica, é, foi e continuará sendo, enquanto existir, um desses denominadores comuns da experiência humana, graças ao qual os seres vivos se reconhecem e dialogam, independentemente de quão distintas sejam suas ocupações e seus desígnios vitais, as geografias, as circunstâncias em que se encontram e as conjunturas históricas que lhes determinam o horizonte.”

(Em defesa do Romance – Mario Vargas Llosa)

No texto “Em defesa do Romance”, Vargas Llosa apresenta a literatura como um espaço onde temos a possibilidade de acessar os sentimentos que compõe e dão significado as nossas relações. Assim, o romance nos propicia a empatia, levando a experimentar através dos sentidos dos outros, as mais diferentes situações. Huxley demonstra que

o mundo com o qual a literatura se ocupa é o mundo no qual os homens nascem, vivem e, finalmente, morrem; o mundo no qual amam e odeiam; em que experimentam o triunfo e a humilhação, a esperança e o desespero; o mundo dos sofrimentos e dos prazeres, da loucura e do senso comum, da tolice, da astúcia e da sabedoria; o mundo de todos os tipos de pressões sociais e impulsos individuais, da dualidade entre razão e paixão, entre instintos e convenções, entre a linguagem comum e os sentimentos e emoções não compartilháveis. (HUXLEY apud HABERMAS, 2014, p.134)

A literatura promove, através da leitura, um exercício empático, por permitir que o leitor veja e sinta através de um outro, que é o personagem. Essa experiência permite, através do estranhamento, perceber a estrutura normativa que nos informa sobre o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim, como agir em determinadas situações, etc.; através da leitura de romances, vivendo as mais variadas situações através dos personagens, podemos refletir sobre nossos valores e sobre o que guia nossas ações. Essa estrutura normativa, por ser naturalizada e estar arraigada em nosso ser, emerge através de sensações, sentimentos: positivos quando estão em conformidade com o que acreditamos que deveria ser, negativos quando sentimos que algo está errado, injusto. No entanto, essas normas são as responsáveis por nos integrar na comunidade intersubjetivamente, tornam as relações possíveis e organizam nossa interdependência.

Fogo Morto é considerada a obra prima do romancista José Lins do Rego, publicada em 1942. Tem como pano de fundo a decadência do engenho Santa Fé. Não fica claro ao leitor o ano em que a maior parte da história se passa, porém acreditamos que ocorra por volta das décadas 20/30, na região da várzea no nordeste. Possui três partes, cada qual direcionada aos três personagens principais: Mestre Zé Amaro, Coronel Lula de Holanda e Capitão

Vitorino da Cunha. Estes personagens podem ser grosseiramente entendidos com representantes de três classes sociais, respectivamente um morador (classe inferior), um senhor de engenho decadente (classe alta) e um homem livre (classe “media”). Classificada como romance sociológico, foi objeto das mais variadas abordagens acolhidas pelo grande guarda chuva das “Ciências Humanas”. José Sergio Leite Lopes, em seu texto “*Relações de parentesco e de propriedade nos Romances do Ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rêgo*”, conforme o próprio nome diz, analisa como o parentesco é tratado nestas obras (inclusive Fogo Morto), as posições na família e as gradações de direitos e deveres, tal como acesso as propriedades. É possível encontrar também estudos como: “*A ideologia e o aspecto social em Fogo Morto*” de Apper e Ferreira (2002), que descrevem de que forma a ideologia que pairava sobre o país entre as décadas 30 e 40 afetou o romancista e a produção do romance; a questão de gênero também já foi abordada no romance como, por exemplo, “*Sinhás, donas, mães, filhas e esposas: as mulheres no romance regionalista de José Lins do Rêgo*” (Cordeiro, 2008) e *Fogo Morto: Universo de Mulheres Trabalhadoras* (LIMA, 2011) dentre outros.

Este artigo representa nossa tentativa de abordá-lo à luz de uma teoria de conflitos. É procurando explorar a estrutura normativa que organiza a consciência da obra Fogo Morto que realizamos a seguinte análise, de forma a lançar luz sobre os fatores que influenciaram na percepção da “consciência coletiva” representada na obra, assim como a construção dos dramas dos personagens principais, de seus conflitos. Neste artigo trataremos apenas do personagem Mestre Zé Amaro, que consta como a primeira parte do romance. Através do acesso que temos sobre os pensamentos, atitudes e relação desse personagem, procuramos traçar os desrespeitos que sofre, compreendidos na gramática moral daquela comunidade. A análise se baseia principalmente na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.

No entanto, por estarmos tratando de um romance, tivemos cuidado ao conectar ficção e realidade. Os contextos representados em muitos romances, apesar de possuírem origem no mundo real, passam por um processo de reflexão do escritor, ou seja, o contexto representado na obra está marcado pelas impressões que o romancista possui sobre a sociedade:

embora o vínculo com a vida, o desejo de representar o real, seja a chave mestra da eficácia dum romance, a condição do seu pleno funcionamento, e portanto do funcionamento das personagens, depende dum critério estético de organização interna. (CANDIDO, 2009, p.63)

Reiteramos, então, que esta obra, apesar de fazer alusão a muitas histórias reais, é uma ficção, montada e controlada pelo escritor, assim como são também as identidades das personagens que ali vivem. Não impede, porém, que estudemos esses romances sociologicamente, desde que estejamos conscientes dos fatores que influenciaram a respectiva obra. Voltando à perspectiva anteriormente apresentada, temos que:

[..]enquanto só conhecemos o nosso próximo do exterior, o romancista nos leva para dentro da personagem, porque o seu criador e narrador são a mesma pessoa. Neste ponto tocamos numa das funções capitais da ficção, que é a de nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres. Mais ainda: de poder comunicar-nos este conhecimento. De fato, dada a circunstância de ser o criador da realidade que apresenta, o romancista, como o artista em geral, domina-a, delimita-a, mostra-a de modo coerente, e nos comunica esta realidade como um tipo de conhecimento que, em consequência, é muito mais coeso e completo (portanto mais satisfatório) do que o conhecimento fragmentário ou a falta de conhecimento real que nos atormenta nas relações com as pessoas (CANDIDO, 2009, p.65).

2 REGIONALISMO, JOSÉ LINS DO RÊGO E “FOGO MORTO”

O Regionalismo é conhecido como um movimento de oposição a Semana de Arte Moderna de 1922, tendo origem em meados da década de 20, um pouco depois da chegada de Gilberto Freyre do exterior. Antônio Candido caracteriza esse movimento como um Regionalismo Crítico: em contraposição ao regionalismo pitoresco que exaltava a potência da nova pátria, o regionalismo ressentido era crítico quanto à realidade brasileira, demonstrando-se mais consciente do atraso em que o país se encontrava (CANDIDO, 1989). O Regionalismo não se limitou a um estilo literário, apresentando um interesse em explicar o país através das regiões – a nacionalização do regional – e também uma preocupação quanto às transformações que estavam ocorrendo na região nordeste, principalmente quanto a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar e os efeitos políticos para a região (Chaguri, 2009).

Os intelectuais que compuseram o Movimento Regionalista enxergaram no passado promissor da região nordeste uma outra forma de olhar para o presente (entre as décadas 20 e 40). “O Regionalismo recupera a trajetória das elites agrárias nordestinas, agora decadentes, procurando operar uma reconversão simbólica a partir das tradições culturais destas” (CHAGURI, 2009, p 55), de formar a tornar possível a construção de uma narrativa nova pautada mais sobre a riqueza cultural da região e que colocava a crise econômica como uma questão secundária:

[...]a historia aparece como a principal questão a ser enfrentada pelos regionalistas e será a base que sustentará a suas sugestões estéticas e estilísticas particularmente no que se refere a prosa de ficção. Assim a história da região será rememorada e contada a partir da recuperação do passado patriarcal realizado, por sua vez, a partir dos impasses colocados pelo presente[...] (CHAGURI p. 54-5)

Gilberto Freyre, enquanto fundador, batizou o movimento como “Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife” (FREYRE apud CHAGURI 2009 p 35). Para ele “o Movimento do Recife se caracteriza como um ‘esforço de renovação cultural’ buscando o que seria organicamente brasileiro em termos culturais, voltando-se para a tradição e para o povo” (CHAGURI 2009, p 37).

José Lins do Rego, que fora muito influenciado por Freyre e com quem compartilhava opiniões e ideais, conclui que o patriarcalismo seria a expressão da forma social brasileira. O romancista chega a esta conclusão ao visualizar uma característica comum tanto ao povo do Nordeste como ao povo do Centro e do Sul do país: diz ter encontrado o “brasileiro” em todos esses lugares, “um brasileiro com sua personalidade característica, sua originalidade, mas de uma mesma família, a pinta é a mesma” (REGO apud CHAGURI, p. 49). Segundo Mariana Chaguri, a “pinta” a qual se refere José Lins seria “dada pelas semelhanças entre o senhor de engenho e o estancieiro” (CHAGURI, 2009 p 49).

Numa síntese teríamos que à generalidade da formação social brasileira dada pelo patriarcalismo corresponderiam conteúdos regionais diversos que, contudo, não alterariam a estrutura dessa formação social. *Nota-se assim que a articulação entre região, tradição e patriarcado está na base da compreensão de José Lins sobre o Brasil.* (ibidem, p 50. Grifo nosso)

José Lins conformou boa parte do seu “fazer literário” na estética sugerida pelo Regionalismo, inovando com “apreensão do presente por meio do passado” trabalhando a “tradição via região”. O Movimento Regionalista influenciou a construção da obra do autor através de um entendimento sobre o que caracteriza especificamente o Brasil, perspectiva que transmitiu tanto em seus romances (de forma mais indireta) quanto em suas crônicas (de uma forma mais explícita¹).

Note-se que a memória será o filtro que selecionará o que será lembrado, ou seja, por meio do artifício da memória serão unificados todos os dramas da decadência nordestina, dramas que são apresentados como vividos de modo semelhante por senhores, trabalhadores de eito, ex-escravos, sertanejos e cangaceiros, promovendo tal aproximação e equalizando os conflitos, abre-se caminho para recuperação do passado patriarcal como a autêntica tradição nacional (CHAGURI, p 58)

¹ Ver mais em: *O Romancista e o Engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*, Mariana Chaguri, Ed. Hucitec. São Paulo, 2009.

Em *Fogo Morto*, José Lins não falha na reprodução da estética sugerida pelo Regionalismo, transparecendo-nos que o sofrimento dos personagens surge por influência das transformações que afetam, em graus diversos, as relações patriarcais. Essas mudanças afetam as personalidades dos personagens principais e conseqüentemente o cotidiano da várzea açucareira paraibana; no entanto, olhos cuidadosos são capazes de perceber a força da tradição patriarcal, que se apresenta superior à força destas transformações, que são incorporadas e interpretadas com base nos valores culturalmente compartilhados. O roteiro do drama comporta, dessa forma, os conflitos oriundos ora do questionamento ora do desrespeito da norma intersubjetivamente compartilhada na comunidade. O patriarcalismo não é entendido como uma entidade alienada das pessoas, mas como estrutura social que se concretiza através das relações e reações das pessoas.

Considerando ‘cultura’ no sentido de Gilberto Freyre – como expressão global da vida política e do espírito, social e individual, vital e humana – pode-se dizer que José Lins do Rego é a expressão literária da cultura da sua terra [...] *É a consciência literária da casa-grande e da senzala, dos senhores de engenho e dos pretos, dos bacharéis e dos moleques, de todo o mundo agonizante.* (CARPEAUX, 1971, p11. Grifo nosso).

Freyre chega dizer que José Lins do Rego foi capaz de recriar o povo do nordeste paraibano de forma que essa gente pode ser reconhecida tanto historicamente quanto pode se confundir com a “ainda viva na região ou guardada nos álbuns de família” (Freyre, 1978, p37). A obra tem como pano de fundo a época de declínio dos engenhos de cana de açúcar e as complexas relações entre senhores-de-engenho e moradores, refletindo o patriarcalismo rural, cenário com o qual o autor possuiu íntima relação e usufruiu diretamente. Essa experiência de vida sentida em sua obra proporciona ao leitor uma “viagem” ao Nordeste daquela época, transmitindo através da escrita próxima da oralidade sua intimidade com aquele povo.

Considerando a influência do Regionalismo e entendendo que a obra foi capaz de reproduzir o patriarcalismo – suposta “essência” brasileira –, o romance *Fogo Morto* apresentou-se sensível a uma análise dos conflitos à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, pois retrata a intersubjetividade de uma sociedade tradicional, na qual as pessoas se identificam e se reconhecem através do status/papel social que possuem; através dos personagens que não se encaixam em seus papéis sociais, podemos perceber a dupla pressão sobre a identidade das pessoas, constrangidas de um lado pela modernização e de outro pela estrutura patriarcal que organiza essa sociedade, gerando incoerências e conflitos.

Esse processo que modifica as identidades resulta nos mais variados desrespeitos, pois são interpretados conforme a gramática moral tradicional, compreendendo uma situação na qual tenta-se encontrar “soluções tradicionais” para “questões modernas”, de forma que uma sensação de desrespeito generalizada permeia o romance devido ao questionamento dos valores e papéis sociais. Conforme Honneth, a categoria desrespeito compreende aquilo que gera no sujeito sentimentos negativos, como vergonha, ira, ofensa, rebaixamento, exclusão.

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. (HONNETH, 2003, p. 213)

Dessa forma o desrespeito ocorre quando a expectativa que possuímos sobre de que forma somos reconhecidos pelo outro não se realiza, havendo assim a negação de algum elemento da nossa identidade, prejudicando nossa autorrelação assim como nossa relação com o outro. A fim de reestabelecer uma “autorrelação positiva”, o sujeito tende a procurar os meios possíveis para refazer-se enquanto uma “pessoa por inteiro”, resgatando seu pleno direito. No entanto, dependendo o grau de desrespeito sofrido, toda uma identidade pode ser destruída (Honneth, 2003): é como interpretamos o ocorrido com o personagem José Amaro.

3 TEORIA DO RECONHECIMENTO

Em seu livro “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, Honneth “atualiza” a filosofia do reconhecimento hegeliana, compreendendo os conflitos como lutas por reconhecimento. O conflito foi amplamente estudado a partir de questões materiais, em que luta de classes apresentada por Marx representa sua mais famosa abordagem; no entanto, podemos identificar nos conflitos questões subjetivas que ultrapassam o objeto, dotando-o de significantes que são essenciais para a autorrelação do indivíduo que busca sentir-se devidamente reconhecido em seus direitos. Assim, a teoria honnethiana pretende-se uma teoria geral do conflito explicando-o pela consonância das motivações materiais e imateriais.

Através dessa teoria vamos desnudar a configuração do conflito e seus efeitos na identidade do personagem analisado, de forma a tentar esclarecer a estrutura normativa que configura o contexto, explorando o patriarcalismo na relação “senhor-de-engenho x morador” das primeiras décadas do século XX. Partiremos da premissa de que a luta por reconhecimento e respeito envolve a reafirmação de si – dos próprios desejos, direitos e da

própria identidade – a partir do outro, compreendendo que os conflitos são gerados com base em julgamentos de princípios e valores, experiências de vida, pertencimento e posição/status social, elementos que compõem a intersubjetividade e que servem para situar os homens em seus respectivos contextos.

[...]para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em algum etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais como vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em principio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas. (HONNETH, 2003, p.220)

A teoria de Axel Honneth nos traz três esferas de reconhecimento, entendidas como padrões passíveis de serem encontrados nas sociedades em meio às mais diversas relações dos seres humanos, seja com seus pares, com instituições ou com um prospecto de sociedade. Primeiramente há o padrão de reconhecimento afetivo (sob o qual podemos incluir as relações familiares, principalmente da mãe com o bebe, mas também as demais relações “íntimas” com amigos e outros parentes), seguido do padrão jurídico (entendido a partir da universalização do direito, sufrágio universal) e finalmente o padrão designado como estima social (o qual compreenderia a solidariedade, contribuições sociais ou realizações). Como pode ser observado no quadro abaixo, a cada um desses padrões corresponde uma forma negativa, compreendida enquanto desrespeito que seriam: maus-tratos e violação do corpo (o sujeito perde a autoconfiança e a segurança no mundo social) e em sua expressão máxima representaria a “morte psíquica”, a privação de certos direitos (o sujeito perde o autorespeito, deixa de ser considerado como alguém que é capaz de formar julgamentos) havendo então a “morte social” e o desrespeito referente à ultima esfera corresponderia a uma desvalorização social (o sujeito se percebe como um ser que não é estimado o quanto considerava, pelas suas características dentro da comunidade em que vive) experimentando assim a “vexação”, rebaixamento e humilhação.

Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto-relação prática	Autoconfiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

QUADRO 1: Fonte “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos”, Axel Honneth, p. 211, Editora 34. São Paulo, 1ed. 2003.

O padrão afetivo exige que o compreendamos de uma forma bem ampla: “por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filho” (HONNETH, 2003, p 159). Compreendemos que a esfera afetiva independe do tempo e do espaço. Por se tratar das relações primárias entendemos que através delas, nas diferentes sociedades, a pessoa alcança autoconfiança, ou seja, a garantia de que os sujeitos são interdependentes, reconhecidos em sua carência afetiva do outro:

essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito. (HONNETH, 2003, p. 177)

O padrão jurídico e o de estima social, no entanto, estão devidamente alocados no tempo e no espaço, de acordo com o processo histórico das sociedades. Honneth, conservando a ideia inicial de Hegel, conforma a esfera jurídica de acordo com o direito moderno, baseado no sufrágio universal em que todos os indivíduos seriam igualmente tratados perante a lei, tanto no que condiz aos deveres quanto aos direitos. Estaria fortemente baseada na cidadania como descrita por Marshall, composta da aquisição dos direitos civis, políticos e sociais

respectivamente. Através deste padrão adquirimos o autorespeito por nos compreendermos enquanto indivíduos portadores de direitos garantidos por sanções institucionalizadas, socialmente difundidas e compartilhadas intersubjetivamente:

apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que já nos ensina a perceber os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas das nossas pretensões.” (HONNETH, 2003, p. 179)

A estima social é composta, então, pelas particularidades dos indivíduos, suas contribuições e realizações na sociedade, forma através da qual poderá se diferenciar na sociedade; seria uma universalização pela diferença, a consciência de que todos possuem suas próprias características e que estas podem lhes fornecer estima de formas variadas, mas não necessariamente organizadas de forma hierárquica. Tais particularidades são categorizadas de acordo com os valores intersubjetivamente difundidos, ou seja, através dos símbolos e significantes que caracterizam a cultura; quanto mais horizontal e simetricamente estejam relacionadas as particularidades tanto mais a sociedade em questão está aberta à pluralidade e assim mais próxima de um ideal de universalidade da diferença. Separada da esfera jurídica, na esfera da estima social as particularidades dos indivíduos não afetarão sua imputabilidade.

[...] a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais: por isso, enquanto o direito moderno representa um médium de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um médium social que deve expressar as diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal, isto é, intersubjetivamente vinculante. Essa tarefa de mediação é operada, no nível social, por um quadro de orientações simbolicamente articulado, mas sempre aberto e poroso, no qual se formulam os valores e os objetivos éticos, cujo todo constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade; (HONNETH, 2003, p. 199 – 200)

Porém, no processo de atualização dos padrões de reconhecimento através do diálogo entre vários intelectuais evocados por Honneth, nos deparamos com a definição do padrão do direito de Mead, que consistiria na:

circunstancia elementar de todo ser humano poder ser considerado portador de alguns direitos, quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade: do papel socialmente aceito de uma organização social definida pela divisão de trabalho, resultam para o indivíduo determinados direitos, cuja observação ele pode reclamar em casos normais, apelando a um poder de sanção dotado de autoridade. Esse conceito extremamente fraco de ordem jurídica é apropriado para caracterizar as propriedades gerais que competem ao reconhecimento jurídico em sociedades tradicionais: enquanto as pretensões legítimas do indivíduo não são ainda carregadas com os princípios universalistas de uma moral pós-convencional, elas consistem em princípio apenas de atribuições que lhe cabem em virtude de seu status como membro de uma coletividade concreta. (HONNETH, 2003, p180-1)

Esta definição nos chamou a atenção por se aproximar da “realidade” do romance, assim como do contexto do nordeste dos anos 30/40. De acordo com esta definição e com os apontamentos de Honneth, em sociedades pré-modernas/tradicionais (no caso, uma sociedade em processo de transição, onde tradicional e moderno coexistem) encontraríamos as esferas jurídica e de estima social ainda fundidas, onde os direitos e deveres obedecem a uma estrutura hierárquica designada pelo status social, configurando sociedades ainda articuladas por estamentos (Honneth, 2003). Assim, a posição socioeconômica determina os direitos e deveres das pessoas. Nestes casos a instancia de autoridade que será acionada em caso de conflito não necessariamente corresponderá à lei escrita. No romance podemos identificar que a autoridade maior se encontra no “senhor” que domina a comunidade por possuir mais força social e riqueza que os outros.

Seguimos então com a hipótese de que na sociedade representada, as esferas do direito e da estima social estariam fundidas ou que pelo menos seriam interdependentes, entendendo que a segunda afeta fortemente a primeira; e com a questão: qual o efeito dessa disposição dos padrões de reconhecimento na composição e resolução dos conflitos gerados no seio dessa sociedade?

4 A COMPLEXA RELAÇÃO: SENHOR DE ENGENHO X MORADOR

Antes de passarmos a análise do personagem Mestre Zé, precisamos responder a seguinte questão: o que significa ser um *morador*? Para tanto nos baseamos nas conceituações que Afrânio Garcia extrai das entrevistas que realizou em municípios do Brejo e do Agreste da Paraíba, por volta da segunda metade da década de 70, advindas de sua pesquisa que resultou na obra “O Sul: caminho do Roçado”. A princípio Garcia distingue entre *libertos* e *sujeitos* e considera que são categorias “sobreviventes de uma situação passada” ao perceber como muitos dos entrevistados “descrevem como atual a relação de escravidão que foi abolida há 100 anos” (GARCIA 1989 p. 15). A categoria *sujeito* compreende aquelas pessoas que residem nas grandes plantações, em contraste a categoria *liberto* é designada a aqueles que moram fora destas: “essa distinção não tem nenhum fundamento jurídico (...) essa classificação não é reconhecida, nem sancionada pelo Estado” (GARCIA, 1989, p. 14). A categoria *morador* pode ser entendida como uma variação da categoria *sujeito* por compreender aqueles trabalhadores que estão submetidos pessoalmente ao proprietário das terras em que residem:

Ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo morar revela, tem um forte significado simbólico. [...] Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caiam assim sob a estrita dependência do senhor... (GARCIA. 1989, p 39)

É importante ressaltar que essa relação não consistia em uma troca de submissão por terra cedida, mas sim de submissão pela autorização de atividades específicas sobre a terra – atividades que gerassem para o morador apenas condição suficiente para o consumo do dia-a-dia. Através do “dar morada” os senhores de engenho acumulavam laços de dependência; quanto maior o número de dependentes que um senhor possuía, proporcionalmente maior era seu poder social – ideia que se aproxima ao “dom/dádiva” de Mauss: que o senhor “dá” e oferece “generosamente” o que quer que seja a aqueles que lhe são sujeitos, assim há o acúmulo de dívida moral que pode ser paralelamente comparada a “mana” por lhe doar poder social. O requisito necessário para ser reconhecido como *senhor* nesta sociedade é possuir vasto patrimônio fundiário: indicando poder econômico ao passo que, quanto mais moradores submetidos em suas terras, mais pessoas o reconhecem enquanto “senhor”, indicando grande poder social.

Não havia um arranjo único que determinava a relação *senhor – morador*, dependendo da história que a originou (ibidem, p. 41). A relação estabelecida entre o personagem Mestre Zé Amaro e o senhor do engenho Santa Fé comporta a oferta de seu serviço como seleiro; nesse “contrato” estabelecido entre eles não havia menção ao pagamento de foro nem a obrigação de trabalho sazonal na plantação.

A relação entre morador e senhor-de-engenho, no entanto, é marcada por certos privilégios e obrigações morais que por vezes camuflam a forte assimetria da relação, dando-lhe um “ar” de troca de favores. Essa relação

Para manter-se precisa de cumplicidade permanente, cumplicidade que a prática do favor tende a garantir. [...] Essa cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. (SCHWARZ, 1992, p. 8)

Havia assim, de um lado o senhor de engenho, que além de permitir o usufruto de sua terra pelo morador, é aquele que o ajuda generosamente em momentos de infortúnio (como doenças); do outro encontramos o morador que percebendo-se em dívida, antes moral do que econômica, com este senhor, oferece seus serviços como forma de retribuição. Então, o senhor, através da sua generosidade instaurava “dívidas morais” que “ligavam os indivíduos

a si numa relação de submissão” gerando a “esperança por novas recompensas” com em uma relação entre *protetor x protegido* (GARCIA, 1989, p.42). No entanto, na relação *morador-senhor*

Havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter, e que constituía o motor da relação. A situação *dos moradores* não era homogenia, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas *morador-senhor*. (ibdem, p. 42)

Afrânio Garcia nos apresenta como “patrimonialismo” a forma social que organiza a sociedade hierarquicamente, tendo a posse de terra como fator que legitima o status superior do senhor, conceito similar ao patriarcalismo, que os Regionalistas elegem como a “essência” da normatividade brasileira. Em síntese constatamos que nessa sociedade é realmente livre apenas aquele que possui terra, item importante na organização das pessoas na hierarquia, pois o status social é proporcional ao patrimônio, de forma que aquele que possui mais terras e acúmulo de “laços de dependência” é visto como o mais poderoso.

O senhor é, no entanto, encarado como um “pai” que cuida, mas que também pune, pois este possui poder sobre a vida de seus dependentes, relação que separa, assim, aqueles que possuem controle sobre o próprio corpo daqueles em que o corpo está sujeito aos desígnios de outrem (GARCIA, p 49). Porém a punição obedece à norma social vigente, ocorrendo, na maior parte das vezes, se o morador falha em seus deveres para com o senhor do engenho; caso o senhor punisse de forma injusta ou falhasse em suas obrigações, este ficaria, de forma negativa, “marcado” moralmente diante de toda a comunidade, em meio aos mais pobres e também no círculo dos outros senhores de engenho.

Num mundo que tem de se mover obedecendo às engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural, os conflitos tentem a ser tomados como irregularidades. O mundo tem de se movimentar em termos de uma harmonia absoluta, fruto evidente de um sistema dominado pela totalidade que conduz a um pacto profundo entre fortes e fracos. (DAMATTA, 1992, p.184 – 185)

Em diálogo com a obra “Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta” de Barrington Moore Jr, podemos compreender essa norma social como um “contrato social implícito”, ou seja, que não consta em leis escritas sancionadas ou institucionalizadas por um órgão “oficial”, mas que possuiria fortes raízes na cultura, reproduzindo e reafirmando o patriarcalismo intersubjetivamente. Esse contrato não impede a ocorrência de indivíduos que não aceitam as normas e assim desejam mudá-las, ou então que alguém não aja de acordo com elas (ex: a questão da punição na relação *senhor – morador*): ocorre, nestes casos, o que o

autor compreende como injustiça, para todos aqueles que compartilham de uma gramática moral que é desafiada, como também para aqueles que desejam mudar as normas. Conforme Moore,

[...] as normas sociais e sua violação são componentes cruciais na ira moral e no sentido de injustiça. Em essência, é a ira diante da ofensa o que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social. [...] Na vida real tais situações assumem, com frequência, a forma de desacordos sobre o que a norma é realmente. (MOORE JR, 1987, p.21)

Acreditamos ser possível estabelecer um paralelo entre os conflitos gerados pelo sentimento de Injustiça e as lutas por reconhecimento, pois a violação da norma social ou esses “desacordos sobre o que a norma é realmente” podem ser também compreendidos através dos tipos de desrespeitos apresentados por Honneth entendendo que ambos são desencadeados por uma petubação das normas sustentadas pela intersubjetividade.

Como veremos a seguir, Mestre Zé Amaro recusa o status concedido pelas normas sociais. Através da fala “agressiva” ele difunde uma perspectiva que não coincide com a compartilhada pelos demais, onde as interações descompassadas são resultado de uma busca incessante por reconhecimento e da percepção de injustiça/desrespeito.

5 PERSONAGEM: MESTRE JOSÉ AMARO

Mestre José Amaro é morador do Engenho Santa Fé: mora, desde menino, em terra do senhor do engenho, estando normativamente sujeito a esse. Sua morada corresponde a um pequeno terreno onde se encontra sua casa, a barraca de seu ofício, uma enorme pitombeira, as crias (galinhas e bode) além de um pequeno jardim. Moram nesta casa, junto ao Mestre, sua mulher D. Sinhá e sua filha Marta. Esta localizada na beira da estrada que liga o engenho à pequena Vila do Pilar. Seu Zé Amaro aprendeu o ofício de seleiro com seu pai, que pediu morada ao primeiro senhor de engenho. É nessa terra que se encontra fundada sua casa e enraizada sua identidade.

Ele quase sempre esta em sua barraca, batendo raivosamente a sola, debaixo da pitombeira. Possui uma aparência assustadora, acredita-se que tenha “doença do fígado” de tanto mexer com couro causando-lhe pele e olhos amarelados, tinha barba e cabelos grandes que lhe davam um certo ar de messias. Enquanto trabalha, sua mulher e filha fazem os serviços da casa e cuidam dos animais. Apesar de ser “sujeito”, Mestre Zé tem muito orgulho, apresentando certa autonomia estranha ao povo dali. Não aceita ser mal tratado, ou como diz, “pisado” por ninguém, nem mesmo por senhor de engenho; não aceita ser tratado no grito,

pois isso lhe remete, ao tratamento destinado a escravo. Assim, diz a todos que param em sua porta que não abaixa a cabeça para ninguém.

Perdeu o gosto pelo ofício de seleiro porque só fazia serviços para “camumbembes”² enquanto seu pai fez cela que foi dada de presente ao imperador. Possui a grande mágoa de não ter tido um filho. Ao invés disso, sua mulher, a quem culpava por seus desgostos, deu-lhe uma filha leseira, que já tinha 30 anos e não se casou. Possuía mágoa também por pertencer à “bagaceira” do engenho Santa Fé e que o senhor do engenho apenas lhe tirava o chapéu quando passava pela estrada em seu cabriolé cheio de luxo, sem nunca parar para saber como “iam as coisas” – não pagava foro, mas gostaria de ser reconhecido, pois “pobre também é gente”. (Fogo Morto, 1970, p. 29)

Mestre Zé sente, devido a essas mágoas, o peito cheio de desgosto e angustia, é invadido por uma tristeza que não consegue expressar. Começa a responder rispidamente todos aqueles que param em sua porta. Sente emergir em si uma vontade de ficar só no mundo que o estimula a caminhar sozinho pela várzea e sentir o ar da noite. O povo que mora ao redor estranha muito aquela atitude, pois pessoas “normais” não fazem esse tipo de coisa e assim espalha-se o boato de que ele é um lobisomem, por inclusive ter uma aparência medonha com a barba e cabelos grandes além do amarelo da pele e dos olhos. A alcunha de *lobisomem* pode ser interpretada como um símbolo que remete a forma “selvagem” com que se comportava, em seu falar “duro”. O lobisomem representa aquilo que não é humano e assim que não pertence aquele grupo por se desviar da conduta entendida como “normal”.

– Sou homem velho, estou nesta idade e nunca vi uma criatura como o mestre. É um gênio terrível, é um falar duro com todo mundo. É. Sinhá Adriana (esposa do personagem Vitorino), o povo quando malda tem coisa. (...) – Mas, como lhe dizia, Sinhá Adriana, o mestre José Amaro esta fazendo medo ao povo. A negra Margarida tem visto ele solto pela noite, desarvorado como um demente. O que é que quer um homem assim, nas caladas da noite? (F.M. p. 91 – 92)

José Amaro, diferente do povo que vive na várzea, apresenta autonomia em sua forma de pensar, entende-se como livre para decidir para quem trabalha e o destino da própria vida. É orgulhoso e não aceita ser tratado como um qualquer. Odeia o Capitão José Paulino, senhor do engenho Santa Rosa, porque este gritou com ele como se fosse negro cativo em meio a um serviço que prestava: em defesa de seu orgulho não terminou o serviço e jurou nunca mais trabalhar para este homem.

² Camumbembe: indivíduo de baixa condição social – Dicionário Michaelis.
<<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=xD9d>> Acessado em 04 de julho de 2017

- É encomenda do Santa Rosa? Pois meu negro, para aquela gente eu não faço nada. Todo mundo sabe que não corto uma tira para o Coronel João Paulino. Você me desculpe mas é juramento que fiz.

- Me desculpe , seu mestre, respondeu o carreiro, meio perturbado. Não sabia da diferença de vosmecê com ele.

- Pois fique sabendo. Se fosse pra você, eu dava de graça. Pra ele nem a peso de libra. É o que digo a todo mundo. Não aguento grito. Mestre José Amaro é pobre, é atrasado, é um lambe-sola, mas grito não leva. (F..M., p. 9)

O tratamento digno é importante para o mestre porque significa ser reconhecido de forma justa, como “gente de verdade” e não como “algo” próximo de um escravo. Porém, apesar de demonstrar não se conformar com as hierarquias normativamente legitimadas, percebemos que sua aparente “autonomia” não foge muito a estrutura patriarcal, pois em contraste ao fato de não gostar de pertencer a “bagaceira” do Santa Fé, enxerga os atributos luxuosos do senhor do engenho, Coronel Lula e sua esposa, como algo contra o senhor do engenho Santa Rosa – cabriolé e esposa educada em Recife x um simples cavalo e uma esposa igual a todas as outras.

Capitão Vitorino (junto ao Mestre Zé e Coronel Lula de Holanda formam a tríade de personagens principais do Romance), se envolve com a chapa política de oposição ao Coronel José Paulino. Tenta convencer mestre Zé de lhe dar o voto e este apenas lhe responde que as eleições estão longe. No entanto, Vitorino fala ao Coronel Lula como se o mestre tivesse lhe garantido o voto. Por se preocupar em ter associado a si alguém que votaria contra aquele que comanda a Vila do Pilar, Lula pede para seu “afilhado”, o negro Floripes, transmitir ao Mestre Zé sua desaprovação a este apoio.

- É, seu mestre, que o Coronel mandou lhe falar sobre uma questão do Capitão Vitorino.

- Que negócio é este Seu Floripes?

- O Capitão Vitorino anda dizendo que o mestre vai votar contra o Coronel José Paulino, e o meu padrinho mandou falar com o senhor pra tomar cuidado.

José amaro parou um instante. A cara amarela ficou mais lívida ainda.

- Seu Floripes, pode dizer ao Coronel que o mestre José Amaro não é escravo de homem nenhum. Eu voto em quem quero. O meu compadre Vitorino me falou neste negócio de eleição e eu nem sei mesmo o que é que ele quer. Não vou atrás de cabeça de doido. (F. M. p. 31)

Depois pensou no recado do Coronel Lula. Por que não lhe viera falar, não aparecera na casa do carro para lhe indagar? Mandara aquele negro com um recado. Velho luxento. Nunca lhe pedira para dar seu voto, nunca lhe mandaa falar nestas coisas. E agora dando ouvidos às histórias dum maluco como Vitorino. Não voltaria mais a trabalhar no Santa Fé. Mudaria de terra, mas ninguém pisaria em cima dele.(F.M. p. 32)

Zé Amaro se ofende tanto pelo fato de que o senhor do engenho não foi tratar pessoalmente sobre o assunto, quanto pelo fato dele querer “mandar” em seu voto: resolve então não trabalhar mais no Santa Fé. No momento em que Mestre Zé decide romper com o senhor de engenho. Em busca de fazer com que todos percebam seu orgulho e sua liberdade, o seleiro demonstra, passa a mensagem de que não acredita no poder que o senhor de engenho possuiria sobre ele.

Chega ao conhecimento do Coronel Lula através do negro Floripes que o mestre disse que não realizaria mais serviços para o engenho, como também comentários que fizera desqualificando o comportamento do povo da casa grande. Estas atitudes são interpretadas pelo senhor como ofensa. Floripes tenta prevenir o seleiro a respeito desses boatos e do fato de que o Coronel Lula não estava satisfeito, mas o mestre reage agressivamente espantando o negro. Enquanto afirma seu apoio ao cangaceiro Antonio Silvino ao dizer que é o único homem em quem votaria. Mesmo ciente da insatisfação de Lula, o seleiro não volta atrás em sua decisão de romper com o povo do engenho Santa Fé de forma que não permite que ninguém em sua casa realize nenhum tipo de serviço para eles. Enquanto esse conflito se desenrola, sua filha tem ataques de loucura. Para o terror de sua mulher, a cada ataque, mestre Zé “surra” a filha com sola por acreditar que só assim ela sairia do transe em que se encontrava. Sinhá não aceita o comportamento do marido e se ressentiu evitando-o.

Através de Alípio, um contrabandista de aguardente, José Amaro tem a oportunidade de ajudar o Capitão Antônio Silvino e seu bando de cangaceiros. O nome do cangaceiro possuía muito poder sobre o seleiro de forma que lhe afastou toda a mágoa que estava sentindo, este homem lhe representava um herói: “Era seu vingador, a sua força indomável, acima de todos, fazendo medo aos grandes” (F.M. p. 57-58).

Apesar disso, o medo que as pessoas demonstram ao encontrar o seleiro causa-lhe tristeza e humilhação: *“Apagou a luz e mergulhou num pavor que nunca tivera. Estaria mesmo em ponto de atemorizar o povo?”* (F.M. p. 61). Mas nesses momentos capitão do cangaço salva-lhe nos pensamentos, tornou-se a razão de sua vida até seus últimos dias. A encomenda de alpargatas para o bando, que ele fazia de graça, lhe fez recobrar o gosto pelo ofício, pois estava trabalhando para o homem que considerava mais importante da Paraíba. Ajudar Antônio Silvino representava ajudar aquele que era o “senhor dos senhores de engenho”.

Ele matava galinha e dava para o Capitão Antônio Silvino que mandava em toda a cambada de senhores de engenho (...) O velho José Paulino dera um banquete ao Capitão Antônio Silvino. Disseram até que a filha do grande servira a mesa, como se fosse ama dos cangaceiros. Sinhá torrava duas galinhas pro homem que ele mais admirava neste mundo.(F.M. p. 72)

O Mestre Zé é um sujeito que não aceita seu status de sujeição ao senhor de engenho, acreditando ser um homem livre. Para tornar real, ele precisava que as outras pessoas o reconhecessem como um homem que trabalha pra quem quer e faz o que desejar sem precisar prestar satisfação a ninguém. No entanto suas atitudes, que visavam concretizar sua liberdade, arrastam-no para conflitos em que a estrutura patriarcal se faz sentir de forma tão forte que destrói a imagem que ele havia construído de si mesmo. E sabemos que o conflito aberto e marcado pela representatividade de opiniões é, sem dúvida alguma, um traço revelador de um igualitarismo individualista que, nesta situação, se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante. (DAMATTA, 1992)

Apesar de seu esforço para escapar dessa estrutura hierarquizante, seu “vocabulário” é conformado segundo a gramática moral vigente, o que podemos perceber com a relação que este estabelece com o cangaceiro Antônio Silvino: ao romper com um senhor de engenho fraco e injusto, ele estabelece uma nova relação de protetor x protegido com o cangaceiro que, como ele mesmo denomina, é “o senhor dos senhores de engenho”; ou seja, ele enxerga no cangaceiro a representação de um senhor mais justo e muito mais poderoso do que todos os outros

Mestre Zé é finalmente convocado ao Santa Fé onde o Coronel Lula lhe confronta com questões a fim de reafirmar a assimetria da relação entre ambos, com o intuito de se refazer da ofensa que o comportamento do seleiro causara, ao tempo em que também coloca o mestre Zé no lugar que lhe é devido naquela sociedade. Conforme nos demonstra Roberto DaMatta, o Coronel necessitou evocar o que chama de “ritual do sabe com quem esta falando” para colocar “cada qual no seu lugar”, denunciando assim um sistema social extremamente preocupado com a hierarquia e autoridade. (DAMATTA, 1992, p.184). Ao perceber que a investida não tem o efeito que desejava, o senhor de engenho apela para a expulsão do seleiro das terras, fazendo valer sua autoridade. A recusa do mestre em trabalhar no engenho e os comentários que fizera a respeito do povo da casa grande configuram a expulsão como justificada e necessária para que o senhor de engenho se refizesse da ofensa sofrida. Pois tais atitudes violaram as normas implícitas do contrato social vigente.

O Capitão Antônio Silvino intervém na defesa do morador, intimidando o Coronel Lula e conseguindo a palavra de que o deixaria continuar a viver naquelas terras. No entanto, a Tropa do Tenente Maurício (que perseguia o capitão cangaceiro) desconfia do envolvimento do mestre com o “bando”. Ele é preso e torturado. Sua mulher que levou a filha para ser internada, foi morar no Recife com um parente, abandonando-o. Ao fim de todos estes eventos, a identidade do Mestre Zé se encontra despedaçada de tal forma que o suicídio é a solução para sua dor.

Podemos perceber os três níveis de desrespeito da Teoria de Axel Honneth. Com o abandono de sua família lhe foi negada a segurança oriunda do afeto dos seus entes mais íntimos, abalando sua autoconfiança. Os boatos de ser um lobisomem resultam em uma espécie de “morte social” por ser excluído pela comunidade que não o reconhece como um membro.

Sabia que a sua mulher fugira, correrá dele, naquela noite. E agora eram os meninos. Brincavam com Vitorino, buliam com o velho, eram cruéis com o pobre. Mas dele fugiam, Ele fazia os meninos correrem com pavor. O seleiro apalpou o rosto intumescido, sentiu nas mãos grossas a carne inchada do rosto. Que diabo andava por dentro dele para provocar pavor, encher o povo de medo?(F.M. 119)

A autonomia que acreditava ter é negada com a expulsão do engenho: percebe que não é livre porque não é dono da terra em que vive e sua expulsão foi a represália por suas falas e atitudes que acreditava caracterizar sua “liberdade”. Dessa forma o seleiro sofre lesão tanto em sua autoestima quanto em seu autorrespeito, ou seja, o direito de ser livre é negado e, conforme as normas, socialmente inválido. A “surra” que leva da “Tropa” serve como um “golpe” final em sua identidade, pois percebe não possuir nem mesmo controle ou segurança garantida sobre o próprio corpo. A sucessão de eventos evidenciou os laços que prendiam o personagem aos outros, numa complexa rede de relações normativamente organizada pelos valores patriarcais, que invadem muitas das esferas de sua vida; ele que sempre acreditou que não precisava de ninguém, é pressionado pela estrutura normativa, num processo que o leva a entender que sem o reconhecimento dos outros ele não seria nada do que imaginava.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra Fogo Morto, por conseguir representar as nuances, os pequenos detalhes que certamente compunham o cotidiano de comunidades como aquela, pode ser considerada como um “mundo” em forma de livro, a totalidade ao alcance das mãos; essa característica lhe propiciou as mais diferentes abordagens sociológicas. A experiência de vida que o autor tivera

quando morou no engenho de seu avô e seu conseqüente contato com as variadas classes serviram-lhe de fonte e inspiração para a criação de seus romances: procurava representar em suas obras a vida como é vivida, “afirmando creditar que o mundo da realidade é mais genial que o gênio” (CHAGURI, 2009, p.52). O conjunto de todos os fatores que influenciaram, consciente ou inconscientemente o autor resultou em um mundo que, apesar de acessível e contido em um livro, não nos decepciona em representar, com requinte, a complexidade das relações sociais, onde a ficção se constitui como um espaço para reflexão da realidade.

Dessa forma, não é exagero dizer que através de sua obra temos acesso a “consciência coletiva” da comunidade do engenho, salvaguardando-nos da ingenuidade de que a obra é um “retrato” fiel àquela realidade. Conseguimos perceber, por meio do personagem Mestre Zé Amaro, as contradições e conflitos gerados pela qualidade de ser um morador que não aceitava seu status de sujeição, de ser um homem livre preso as convenções normativas. Isso foi possível através da contextualização da obra e do autor em dialogo com outras obras que reiteraram os valores culturais que organizavam e legitimavam aquela estrutura hierárquica compreendida como patriarcalismo.

Assim, através da obra Fogo Morto, e mais especificamente, através do estudo do personagem José Amaro, procuramos compreender de que forma José Lins realiza a interposição entre presente e do passado, isto é, o que o motivou a construir a trama e os personagens da maneira como fez. Percebemos então que a tríade de personagens principais compartilham da característica de não se encaixarem nos papéis sociais daquela sociedade organizada de acordo com os valores e normas patriarcais. Essas personalidades são desviantes em diferentes graus, no entanto, servem a finalidade de confirmar a regra através da exceção. Assim, o descompasso do personagem José Amaro deixa evidente a gramática moral através da qual procuramos, baseados na Teoria do Reconhecimento, entender os conflitos e contradições

Interpretamos que José Lins, “encarna” no personagem José Amaro os conflitos e dramas proveniente dos transtornos que a modernização e suas mudanças podem causar nas pessoas, no povo. No entanto, demonstra através da relação entre os demais personagens que o patriarcalismo é sentido enquanto uma complexa legislação e transformações em sua estrutura não ocorreriam sem a resistência desse povo que o naturalizou enquanto a forma que as coisas são e deveriam ser. Isso não significa porém que os contrastes oriundos das profundas desigualdades não fossem sentidos, apenas que há a tendência de se conservar a

forma tradicional de organização social, justamente porque foi naturalizada, assim as mudanças nessa ordem são interpretadas como incorretas e injustas, um desrespeito e violação dos valores culturais dessa sociedade. O sofrimento do Mestre José Amaro representa a visão do romancista, convergente com a do movimento Regionalista, de que aqueles que se desviam das normas patriarcais estão expostos a fortes punições, que no romance assumem um status de castigo quase divino.

Tal como Vargas Llosa e Huxley, conseguimos através dessa primeira pesquisa perceber o poder que a literatura tem de nos fazer estranhar para em seguida perceber o que afeta nossos juízos e decisões, que nos liga uns aos outros numa rede composta por símbolos, valores e normas que nos parecem “naturais” e sobre as quais não temos o costume de refletir. Nessa experiência de “estranhamento do familiar” percebemos a oportunidade de realizar um estudo dos conflitos com o privilégio de termos acesso aos pensamentos e sentimentos dos atores envolvidos, o que certamente não conseguiríamos no “mundo real” e assim surgiu uma agenda de pesquisa em que o presente artigo se insere como um passo inicial, que futuramente originará uma dissertação de mestrado. Pretende-se assim analisar os demais personagens, como também estabelecer o diálogo entre mais intelectuais, nacionais e estrangeiros, de forma a sistematizar os sucessos e limitações da Teoria do Reconhecimento aplicada ao contexto brasileiro como também o efeito do desdobramento do patriarcalismo na cidadania no Brasil (como demonstrado por José Murilo de Carvalho), que afeta diretamente nossas esferas de reconhecimento do direito e da estima social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

APPER, Maria Lia Genro. FERREIRA, Flavia Regina Pithan. **A ideologia e o aspecto social em Fogo Morto**. *Disciplinarum Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação*, Santa Maria, v.3, n.1, 163-176, 2002, acessado dia 24 de janeiro de 2017 em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/ALC/2002/ideologia.pdf>

CANDIDO, Antonio., “A personagem do romance”, in: **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Literatura e Sociedade**, 11. ed., Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010

_____. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162: Literatura e subdesenvolvimento.

CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

CHAGURI. Mariana. **O Romancista e o Engenho: José Lins do Rêgo e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930**. Ed. Hucitec. São Paulo, 2009.

CORDEIRO, Carla de Fátima. **Sinhás, donas, mães, filhas e esposas: as mulheres no romance regionalista de José Lins do Rego**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, Agosto 2008

DAMATTA, Roberto. "Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil". in: "**Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**" (6ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp.179-248.

FREYRE, Gilberto. **Alhos e Bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios: de Joyce à Cachaça; de José Lins do Rego ao cartão-postal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo, Editora Marco Zero e Editora UNB, em co-edição com o MCT CNPq, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como "Ideologia"**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34. São Paulo, 1ed. 2003.

LIMA, Nabylla Fiori de, **Fogo Morto: Universo de Mulheres Trabalhadoras**, acessado dia 24 de janeiro de 2017 em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt016-fogomorto.pdf>

LLOSA, Mario Vargas. **Em defesa do Romance**, Revista Piauí, ed. 37, 1 de outubro de 2009.

LOPES, José Sergio Leite. Relações de parentesco e propriedade nos romances do "Ciclo da Cana", in **Arte e Sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

MOORE JÚNIOR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da desobediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, outubro 1970

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". in: "**Ao vencedor as batatas**" (6ª ed.). São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012. pp.10-31.